

**ILMO. SR. DR. PREGOEIRO DA SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – RJ**

Av. Alberto Braune, nº 224 2º Andar / Sala 212 Centro Nova Friburgo RJ

Pregão eletrônico nº. **047/2021**  
Data da sessão pública: **30/06/2021**

**GUSTO NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Rua da Quitanda nº. 194, cob. 01, Centro, Rio de Janeiro – RJ, devidamente registrado no CNPJ sob o nº. 39.953.391/0001-02, vem, através de seu representante infra-assinado, com fulcro no subitem 28.1 do edital em referência propor a presente

### **IMPUGNAÇÃO**

Pelos fatos e fundamentos adiante alinhavados, que passamos a expor para ao fim requerer:

Trata-se de processo licitatório na modalidade registro de preços que visa a prestação de serviço de nutrição e alimentação destinada a pacientes, acompanhantes, funcionários e outros autorizados nas dependências do Hospital Municipal Raul Sertão.

Conforme se depreende do edital publicado, os serviços de alimentação serão prestados localmente pela empresa, ou seja, nas dependências da unidade hospitalar, cuja estrutura será INTEGRALMENTE DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE, conforme se depreende abaixo:

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar e prestar os serviços nas dependências do Hospital Municipal Raul Sertã nos horários estabelecidos, durante 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos Sábados, Domingos e Feriados, sob determinação e fiscalização do Serviço de Nutrição do referido nosocômio. (GN)

Ou seja, a empresa contratada deverá se responsabilizar pela disponibilização de toda mão de obra necessária para assunção de todas as atividades de nutrição e dietética da unidade hospitalar, adequando e estruturando a cozinha local da unidade hospitalar, inclusive realizando sua manutenção preventiva e corretiva.

Ou seja, **não há, no bojo do presente termo, a previsão de fornecimento de serviços de alimentação transportada** onde se faça necessário a utilização de uma cozinha local da empresa Contratada, cuja sede encontra-se no Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Diga-se de passagem, apenas a título de informação, caso sagre-se vencedora no presente certame e se faça necessário, a **Impugnante** poderá abrir filial na cidade de Nova Friburgo a qualquer tempo, e ainda, no decorrer do contrato, em caso de eventualidades ou imprevistos, também pode vir a mobilizar uma **cozinha local** para atender as demandas da Prefeitura. OUTROSSIM, PARA OS SERVIÇOS DESCRITOS NO EDITAL, UMA COZINHA EXTERNA NÃO SE FAZ NECESSÁRIA, UMA VEZ QUE OS SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DEVERÃO SER EXECUTADOS (OPERACIONALIZADOS E GERIDOS) NO INTERIOR DA UNIDADE HOSPITALAR.

*Permissa maxima vênia,* diante de tais peculiaridades, causa espécie a exigência de habilitação técnica prevista no subitem 21.1 quando se observa:

## 21. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**21.1** A empresa deverá apresentar Licença de Funcionamento, expedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal (local) da cozinha industrial central da empresa licitante.

Ora, qual o sentido de exigir que as empresas participantes comprovem possuir uma cozinha central, independente de sua localização —uma vez que o edital não menciona raio de distância do local de fato onde o serviço será prestado— para fins de habilitação técnica?

Apenas por amor ao debate, supondo-se que uma empresa possua sua cozinha central no Município de Parati, há exatos 363km de distância de Nova Friburgo, o que tal fato contribui para o processo licitatório em tela? Pela exigência prevista no subitem 21.1 essa empresa estaria habilitada, mas com a apresentação de uma estrutura física que além de não fazer nenhuma diferença perante o objeto licitado (prestação de serviços no **INTERIOR DA UNIDADE HOSPITALAR DO MUNICÍPIO**), caso fosse necessário acioná-la seria impossível realizar entregas de forma salubre e de acordo com as boas práticas de alimentação hospitalar, devido a distância que separam as cidades.

A Lei Geral de Licitações em seu artigo 30, II, dispõe que: “A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...) II – **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis **para a realização do objeto da licitação**, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos”. (GN)

Este dispositivo deve ser interpretado conjuntamente com o §3º do mesmo artigo, a saber: “Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de **certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**”. (GN)

Assim sendo, quando tratamos da capacidade técnica, devemos considerar que os requisitos devem ser **especificamente atrelados ao objeto da contratação, de maneira a atender plenamente a necessidade da Administração**. Isto porque, sempre que possível, a contratação deverá assegurar o maior número de participantes, em atendimento ao preceito constitucional da isonomia, a fim de garantir a obtenção da proposta mais vantajosa.

Restringir o universo de participantes, através de exigência de comprovação inócua ou atípica perante o objeto licitado (prestação de serviços continuados com cessão de mão de obra especializada) seria excluir àqueles que poderiam atender à necessidade dessa Administração Municipal, prejudicando assim a economicidade da contratação e desatendendo também ao previsto no art. 37, XXI da CF: “ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **O QUAL SOMENTE PERMITIRÁ AS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA INDISPENSÁVEIS À GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**”. (GN)

Diante destas constatações, podemos afirmar que se torna inviável exigir do licitante, no tocante à qualificação técnica, documentos que em nada se coadunam ao objeto licitado!

Neste sentido, se pronunciou o TCE/MG, como podemos extrair da denúncia de nº 812.442 (Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v.82, n. 1, p. 158-165, jan./fev./mar. 2012, seção *Pareceres e Decisões*). Vejamos trecho da ementa:

“1. Edital de licitação não pode conter exigência de qualificação técnica que não seja indispensável à garantia do cumprimento das obrigações contratuais e que não esteja prevista em lei. (...) 3. A exigência de experiência anterior na execução de objeto idêntico ao licitado só é possível se houver justificativa razoável e se não ofender o princípio da competitividade, nem prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa”.

Este é também o entendimento do TRF 4ª Região na AC nº 5019145-37.2012.404.7000 (TRF 4ª Região, AC nº 5019145-37.2012.404.7000/PR, Rel. Des. Maria Lúcia Luz Leiria, j. em 05.12.2012), em resposta a um de seus jurisdicionados: “Inexistindo tal exigência e, muito menos, a necessária correlação entre a habilitação especial e os serviços a serem desempenhados pela vencedora, não cabe ao intérprete ampliar exigências ao seu talante, assim como não cabe aos demais licitantes buscar exigências maiores do que as devidas, até porque, visando a **licitação** a maior participação possível em homenagem ao princípio da concorrência, as restrições à participação devem se conter em estritos limites”.

Assim, faz-se mister que as exigências relativas à qualificação técnica sejam interpretadas em consonância com o disposto no art. 37, XXI da Carta Magna, juntamente com os demais dispositivos infraconstitucionais, **a fim de que sejam exigidos somente os requisitos indispensáveis ao cumprimento da obrigação, de modo a possibilitar a ampla participação de competidores interessados em contratar com a Administração, assegurar a economicidade da contratação e garantir, sempre que possível, o tratamento isonômico.**

O próprio TCU, no Acórdão nº 8.430/2011 – 1ª Câmara, acerca do tema, determinou a um de seus jurisdicionados que “o edital deve estabelecer, com a necessária objetividade, a forma de comprovação da aptidão para o desempenho de **atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**; (...)”

E por fim, a título de enriquecimento, oportuno mencionar alguns acórdãos do TCU concernentes à qualificação técnica para processos cuja contratação seja com dedicação exclusiva de **MÃO DE OBRA**, tal qual o objeto em comento:

**Acórdão 449/2017 – Plenário | Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO**

*Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.*

**Acórdão 361/2017 – Plenário | Ministro Vital do Rego**

*É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha prestado serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993).*

**Acórdão 1891/2016 – Plenário | Ministro Marcos Bemquerer**

*Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra.*

**Diante de todo exposto,**

Considerando que o objeto da contratação não possui processos e rotinas referentes a alimentação transportada, a exigência de comprovar “cozinha industrial” prevista no subitem 21.1 mostra-se totalmente inócua e restritiva de direitos para um contrato de disponibilização de mão de obra sem a necessidade de cozinha por parte da empresa Contratada.

Certos de vossa compreensão, e sobretudo a fim de evitar a judicialização do processo por práticas restritivas de direitos e cerceamento à participação, que certamente acarretariam em atrasos totalmente evitáveis, pugna-se pelo recebimento da presente demanda no sentido de **expurgar essa malograda exigência**, o que registra de sugestão, desde já, caso entenda necessário, que se preveja no edital, ainda que sob a forma de “Declaração de Compromisso”, que a empresa a ser contratada “poderá”, no curso do contrato, ser demandada no sentido de disponibilizar cozinha em um raio a ser especificado de quilômetros da unidade hospitalar a fim de atender eventos ou situações imprevisíveis.

N. termos,

P. deferimento.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2021